

Para mapear o mangue no litoral fluminense

Estudo revela que, nos últimos anos, o estado do Rio perdeu mais de 18% das áreas de mangue em São Gonçalo e cerca de 32% dos manguezais da Região dos Lagos. O alerta é do pesquisador Gilberto Ribeiro, que vem mapeando a degradação da costa fluminense. [Mais >>](#)

NOTAS

Diretor do INT é escolhido membro do Conselho Deliberativo do CNPq

Debate sobre fomento à C&T encerra evento na ABC nesta sexta

Evento no LNCC debate normas de qualidade

[Mais >>](#)

Saúde psíquica e obesidade: existe alguma relação?

Pesquisa busca entender por que uma pessoa, particularmente de baixa renda, se torna obesa e que lugar a comida ocupa em sua constituição psíquica. Resultados preliminares apontam relação entre experiências traumáticas e o desenvolvimento da obesidade. [Mais >>](#)

Construindo de modo mais prático

Agilidade e rapidez: é o que promete a empresa Multiblocos, ao criar tijolos de concreto com encaixe, como no brinquedo Lego. Com eles, uma casa padrão de dois quartos é construída em três dias, em vez de em duas semanas. [Mais >>](#)



Palácio da Conceição: patrimônio hi

Pelo turismo no m

Um projeto está promovendo a visitação em uma área pouco prestigiada pelos tradicionais roteiros turísticos da cidade: o

morro da Conceição. O lugar, na Zona Portuária, abriga um palácio

[Enviar esta página](#)

Estudo realiza mapeamento digital de áreas de mangue no litoral fluminense

Vinicius Zepeda

Áreas de manguezal são de enorme valor ecológico. Ali se alimentam e se reproduzem, durante o ano todo, mamíferos, aves, peixes, moluscos e crustáceos que servem de alimento para os homens. Sua degradação serve de indicativo de mudanças climáticas que possam estar afetando o litoral e da variação do nível do mar, além de ameaçar a sobrevivência das espécies animais e vegetais lá existentes. Para evitar a extinção dessas áreas e formular ações que sirvam para sua recuperação, um projeto coordenado pelo engenheiro cartográfico e pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade do Estado do Rio



Divulgação

de Janeiro (Uerj), Gilberto Pessanha Ribeiro, vem recorrendo a técnicas de mapeamento digital, imagens de satélites e fotografias aéreas para fazer um levantamento do que resta de mangue no litoral fluminense. O estudo conta com apoio do edital Prioridade Rio, da FAPERJ.

Segundo o mapeamento, a região da foz do rio Paraíba do Sul é a que apresenta maior grau de preservação

Até o momento, já foram mapeados, em imagens de satélite Landsat, remanescentes da vegetação de mangue no norte fluminense, na Região dos Lagos e na região metropolitana do Rio de Janeiro. "No norte do estado, foram identificados remanescentes em São Francisco do Itabapoana, onde corre o rio Itabapoana, na região de Atafona, distrito de São João da Barra, por onde flui o rio Paraíba do sul, além das lagoas de Grussaí, Iquipari, Açú e Feia", afirma. Na Região dos Lagos, há remanescentes no rio Macaé, das Ostras e São João. "Já no município de São Gonçalo, região metropolitana do Rio, a vegetação foi mapeada no litoral, na baía de Guanabara e foz do rio Guaxindiba, em São Gonçalo", acrescenta.

O projeto agora está realizando trabalhos de campo para confrontar imagens do satélite com a realidade local. "Identificamos a foz dos rios Guaxindiba, Macaé, das Ostras e São João como as mais degradadas ambientalmente. A explosão imobiliária dos últimos anos nessas áreas é o principal fator para a degradação acelerada que vem ocorrendo", explica Ribeiro. "Em São Gonçalo, pudemos observar que 18% de vegetação foram subtraídos nos últimos anos. No litoral da Região dos Lagos, essa perda foi ainda maior, com menos 32% de vegetação de mangue na foz de importantes rios do estado", completa.

Até agora, o estudo identificou a parte norte da foz do rio Paraíba do Sul – ou seja, o ponto onde o rio encontra o mar – como a que apresentou o maior grau de preservação. Entretanto, Ribeiro adverte que isso parece ser por pouco tempo, já que a execução de grandes obras de engenharia para a implantação do Complexo Portuário do Açú, no município de São João da Barra e onde ficam as praias de Atafona e Grussaí, ameaça a preservação e biodiversidade desses ambientes. Atualmente, 30% da área do município pertencem a investidores particulares, nacionais e estrangeiros, que estão projetando pólos populacionais e uma nova cidade. A expectativa é de que a população local passe dos 30 mil habitantes atuais a 120 mil em apenas cinco anos. São perspectivas de crescimento muito rápido e em muito pouco tempo. "Apesar desses empreendimentos favorecerem o crescimento econômico da região, ele também provoca um rápido e forte impacto no ambiente costeiro e sobre as populações que nele habitam", explica Ribeiro. "Deste forma, é essencial nesse trabalho de mapeamento a participação humana nos planejamentos dessa região, uma

Desta forma, é essencial nosso trabalho de mapear a ocupação humana nas planícies dessa região, uma vez que se trata de solo predominantemente instável, arenoso, pouco adequado para a agricultura e para construção civil", complementa.

Divulgação



Na praia de Atafona, vários fatores contribuem para acelerar o processo de erosão marinha, como o El Niño e o aquecimento global

entrevistas com moradores, para analisar as principais causas da erosão marinha, que vem destruindo casas e ameaçando a sobrevivência dos pescadores que habitam aquela praia. "Aquecimento global, o fenômeno El Niño, a força do vento nordeste, a diminuição da vazão das águas do rio Paraíba do Sul e, claro, a ação do homem que tem alterado o cenário local, estão entre as principais razões para o fenômeno", afirma Ribeiro. E continua: "Nosso objetivo é estimar a velocidade e a intensidade dessa erosão nos próximos anos para buscarmos formas de minimizar ou mesmo solucionar seus efeitos."

Ribeiro lembra que a destruição das áreas de mangues prejudica ainda a sobrevivência das populações que dependem do extrativismo de espécies típicas da vegetação aquática local. "No lado sul da foz do rio Paraíba do Sul, por exemplo, mulheres de pescadores há anos realizam uma exploração sustentável de certas plantas, como a taboa, para usar como matéria-prima para redes, bolsas, sandálias e enfeites", exemplifica Ribeiro. Ele ainda destaca a necessidade de elaboração de uma maior interação do governo do estado do Rio de Janeiro com as prefeituras municipais da região para o desenvolvimento de iniciativas que busquem aliar políticas públicas com mapeamentos técnicos competentes. "Aspectos sobre condicionantes oceanográficos, atmosféricos, astronômicos e meteorológicos devem ser priorizados e registrados em bancos de dados espaciais, permitindo a geração de séries históricas de dados físicos, medidos em determinado campo", afirma. Outro caminho é o que vem sendo realizado em São João da Barra, onde se vem buscando ampliar o número de estações terrestres de medição, no âmbito da Defesa Civil municipal. "É uma forma de se antecipar e gerir melhor, e com apoio técnico competente, situações de crises ambientais", conclui.

Gilberto Ribeiro ainda participa de outra pesquisa, iniciada em 2004 e 2005 por equipe de pesquisadores da UFF, que vem mapeando os processos de erosão marinha na praia de Atafona e o engordamento da praia de Grussaí. A cada dois meses, ele e um grupo de professores e alunos da UFF e da Uerj têm visitado a região e analisado o local, por meio de coleta de material e